



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

17/09/2014

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. VARA CRIMINAL.....	2
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	3 - 5
3.2. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	6
3.3. COMARCAS.....	7
3.4. DESEMBARGADOR.....	8
3.5. SERVIDOR PÚBLICO.....	9 - 11
4. JORNAL EXTRA	
4.1. VARA CRIMINAL.....	12
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. AÇÕES TJMA.....	13
5.2. SERVIDOR PÚBLICO.....	14
5.3. VARA CRIMINAL.....	15 - 16
6. JORNAL PEQUENO	
6.1. AÇÕES TJMA.....	17
6.2. DECISÕES.....	18
6.3. FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	19
6.4. JUÍZES.....	20 - 21
6.5. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	22
6.6. SINDJUS.....	23
6.7. VARA CRIMINAL.....	24

TJMA capacita parceiros para criação de rede de atendimento às vítimas de violência

Membros do Ministério Público Estadual, Poderes Executivo e Judiciário, Defensoria Pública, OAB-MA, Prefeitura, SSP, coordenadores e diretores de CREAS, CRAS, CAPS, CAIS-CAS e delegados de polícia participam, nesta sexta-feira (19), de 8h às 18h, de capacitação promovida pelo Centro Estadual de Apoio às Vítimas (CEAV) do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O objetivo é consolidar parcerias para implantação de uma rede de atendimento a vítimas de violência no âmbito estadual.

Com o tema "Conhecendo a Rede de Atendimento às Vítimas de Violência", o Workshop será aberto às 8 horas, pela presidente do Tribunal, desembargadora Cleonice Silva Freire, e as juízas coordenadoras CEAV, Sônia Amaral e Sara Gama, no Fórum Desembargador Sarney Costa (1º andar), no salão Carlos Wagner.

Na programação, a coordenadora do Centro de Referência em Direitos Humanos de Joinville (SC), a assistente social Carla Roth, apresentará a experiência

de rede em funcionamento no país prevendo o atendimento de vítimas de violência.

Implantado há cinco meses pelo Poder Judiciário, o CEAV é um órgão articulador no trabalho de atendimento a vítimas de violência, viabilizando atendimento psicossocial, assistência social, bem como acompanhamento processual. "Estamos mobilizando as entidades que atuam no combate à violência. Esse será um trabalho de capacitação entre os parceiros que estão empenhados em garantir direitos humanos e a efetivação de políticas públicas nesta área", explica a juíza Sônia Amaral.

FUNCIONAMENTO - A magistrada explica que o órgão deverá atuar com equipe multiprofissional que receberá vítimas e seus familiares. Conforme o caso, identificará as situações de urgência, definirá a assistência necessária (se jurídica, social ou psicológica) e orientará sobre os procedimentos imediatos e medidas legais cabíveis, fazendo também o acompanhamento dos processos judiciais.

SENADOR LA ROQUE

Acusado de tentativa de homicídio é absolvido pelo Júri

O juiz titular de Senador La Roque, Paulo Vital Souto Montenegro, presidiu uma sessão do Tribunal do Júri na qual estava, no banco dos réus, Alexsandro Oliveira Rodrigues. Ele estava sendo acusado de crime de tentativa de homicídio contra Marcel Costa da Silva, com golpe de faca. O júri ocorreu na última semana, no prédio da Câmara de Vereadores de Senador La Roque.

De acordo com a denúncia, no dia 12 de dezembro de 2013, por volta das 22 horas, no Mercado Municipal de Senador La Roque, o denunciado, utilizando-se de arma branca, desferiu vários golpes contra a vítima, atingindo-lhe o abdômen não tendo o evento morte se consumado por circunstâncias alheias a sua vontade. As vísceras da vítima ficaram expostas devido à gravidade dos ferimentos.

Consta nos autos que

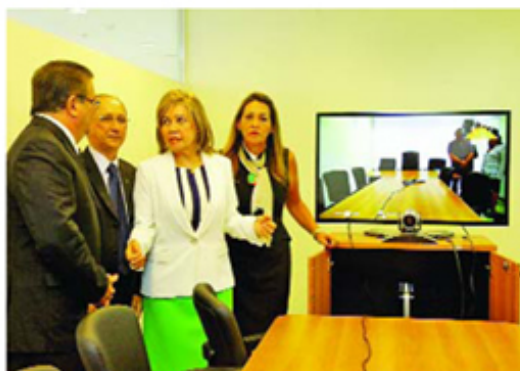
Marcel Costa da Silva encontrava-se deitado em um banco do Mercado Municipal, quando o denunciado, portando uma faca, disse que iria lhe furar, ocasião em que a vítima levantou-se do banco indagando os motivos da ameaça perpetrada.

Em seguida, Alex passou a desferir golpes em Marcel, sem nada dizer, causando um corte na mão e outro no abdômen resultando em eviscerações. Continuamente, evadiu-se do local, vindo a ser preso em flagrante delito poucas horas após o crime.

A defesa do acusado tentou desqualificar o crime de tentativa de homicídio para lesão corporal. Ao final, após analisar todos os itens, o conselho de sentença decidiu por maioria absolver Alexsandro Oliveira Rodrigues, determinando a sua soltura, haja vista que ele estava preso pela acusação deste crime.

TJ inaugura duas novas salas para audiências

O TJ inaugurou ontem duas salas de videoconferência no fórum de São Luís. A tecnologia visa reforçar a segurança de juízes, promotores, advogados, servidores e testemunhas. **Cidades 2**



A presidente do TJ, Cleonice Freire, ao lado da corregedora Nelma Sarney, conversa com desembargadores durante a inauguração de sala de videoconferência no fórum de São Luís

Com as salas de videoconferência instaladas no Fórum de São Luís, o Judiciário vai ganhar em agilidade, segurança e economia de recursos, já que não serão necessários deslocamentos de réus detidos em outras localidades"

Desembargadora Cleonice Freire, presidente do TJ, sobre segurança no fórum. **Em Cidades 2**



Salas de videoconferência são inauguradas no Fórum de São Luís

Investimento faz parte das ações para aumentar a segurança no local; detentos de alta periculosidade e de outros estados não terão mais de ir ao Fórum Desembargador Sarney Costa, no Jaracati, para prestar depoimento

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ) inaugurou ontem duas salas de videoconferência no Fórum Desembargador Sarney Costa, na Avenida Carlos Cunha, Jaracati. A tecnologia de videoconferência faz parte das ações para aumentar a segurança do Fórum e tem como um dos objetivos evitar que presos de alta periculosidade deponham no local, colocando em risco a segurança dos operadores do Direito e testemunhas. As primeiras sessões acontecerão em outubro, quando serão ouvidos dois acusados de homicídio.

Segundo o juiz Osmar Gomes, diretor do Fórum, dentre os principais benefícios das instalações inauguradas ontem, está a maior garantia de segurança para magistrados, advogados e promotores durante as audiências. "A instalação dessas duas salas é um pedido antigo dos magistrados da área criminal. Com isso, réus de maior periculosidade não precisarão mais vir ao fórum para prestar depoimentos e isso aumenta a segurança dos operadores do Direito", afirmou.

A presidente do TJ, desembargadora Cleonice Freire, destacou que as testemunhas vão se sentir mais à vontade sem a presença de réus durante os depoimentos. "As salas vão facilitar muito o trabalho de juízes, advogados, membros do Ministério Público, Defensoria Pública e de qualquer pessoa que circule diariamente pelo Fórum", disse a desembargadora Cleonice Freire.

A segurança no Fórum Desembargador Sarney Costa está sendo reforçada, principalmente por causa de uma troca de tiros ocorrida no dia 31 de julho deste ano, quando o presidiário Erinaldo Almeida Soeiro, que prestaria depoimento, tomou a arma de um agente penitenciário e atirou em um policial civil, o investigador da Polícia Civil, Enedias Chagas Neto, que estava como testemunha de um processo. O policial, mes-

mo no chão, reagiu e atingiu o acusado. A situação provocou pânico no local.

Com os novos equipamentos, será possível ainda fazer interrogatórios a réus e testemunhas, acareações e outros procedimentos necessários para o andamento dos processos, aumentando a agilidade dos procedimentos e economizando recursos. "Antes, um detento preso em outra localidade tinha de se locomover até São Luís, o que provocava, inclusive, um risco de fuga, com essas duas salas os réus podem ser ouvidos de onde estiverem", informou a desembargadora Cleonice Freire. As salas de videoconferência ajudarão ainda no colhimento de depoimentos de pessoas com problemas de saúde e que não possam se locomover até o Fórum de São Luís.

As primeiras sessões com o uso das novas salas estão agendadas para o mês de outubro, quando a juíza Kátia Coelho de Sousa Dias, da 3ª Vara do Tribunal do Júri, interrogará dois acusados de homicídio presos na Penitenciária Federal de Catanduvas, localizada a 476 quilômetros de Curitiba, no Paraná. Os maranhenses foram transferidos após rebeliões na Penitenciária de Pedrinhas, em São Luís. "Esse novo mecanismo vai ser muito importante, pois evita, inclusive, que as audiências sejam adiadas", comentou a magistrada.

Também em São Luís, já estão em processo de instalação outras duas salas no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. "Já disponibilizamos duas salas para o Tribunal, conforme solicitação da presidente, e até a quinta-feira os equipamentos serão instalados. Após isso, faltará apenas instalar o cabeamento de internet para que as salas comecem a ser utilizadas", informou o secretário de Estado de Justiça e Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa.

A corregedora-geral de Justiça, desembargadora Nelma Sarney, informou que, após a instalação

das salas no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, será providenciada a instalação dos equipamentos de videoconferência nas principais unidades administrativas e judiciais no Maranhão. "Não se trata apenas de uma medida que vai garantir a segurança das nossas unidades, mas de um sistema que vai dar maior agilidade ao Judiciário do Maranhão, por isso, queremos levar as salas de videoconferências às principais unidades no interior do estado ao longo do próximo ano", declarou a desembargadora.



Desembargadora Cleonice Freire, presidente do TJ, cumprimenta o juiz Osmar Gomes, diretor do Fórum, na inauguração da sala de videoconferência

Saiba mais

Na semana passada, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ) anunciou medidas de segurança para o Fórum Desembargador Sarney Costa. Em 20 dias, começam a instalação de catracas eletrônicas, portas com detectores de metal, raios-x para inspeção de bagagens e outros equipamentos de segurança na entrada do local para impedir o acesso de pessoas com armas de fogo, armas brancas e outros objetos que coloquem em risco a segurança dos frequentadores e o trabalho dos operadores do Direito e jurisdicionados nas dependências da unidade do Fórum de São Luís. Profissionais armados que estejam no local a serviço, atuando em escoltas ou em missões oficiais, terão de informar oficialmente que estão a serviço para que possam circular pelo local portando arma.

Outra medida que será adotada é o credenciamento de advogados, oficiais de Justiça, promotores e outras pessoas que frequentem o local cotidianamente. A população também será informada dos novos procedimentos que deverá adotar quando for ao local. A medida foi tomada principalmente por causa de uma troca de tiros ocorrida no Fórum de São Luís no dia 31 de julho desse ano.

Comarca de Açailândia abre inscrição de casamento

AÇAILÂNDIA - Estão abertas, na 2ª Vara de Açailândia, as inscrições para o desenvolvimento do projeto *Casamento Comunitário* nos dias 9, 10 e 11 de dezembro, respectivamente, nos municípios de São Francisco do Brejão (termo), Açailândia (sede) e Cidelândia (termo).

O período de inscrição tem encerramento previsto para o dia 14 de novembro. As informações constam de Edital referente aos dois casamentos, assinado pelo juiz titular da Vara, André Bogéa Santos. "Todos os casamentos são gratuitos, inclusive as certidões", consta no edital. Todas as cerimônias têm início às 16h.

"O local onde acontecem os casamentos será divulgado posteriormente, após levantamento do número de participantes, das condições do tempo (clima) e da disponibilidade dos espaços para as cerimônias", segundo documento.

Cartório - Para noivos domiciliados em São Francisco do Brejão e Açailândia, o local de inscrições é o Cartório do 2º Ofício de Açailândia (Rua Dorival Pinheiro de Sousa, 1.219, Centro). Já para os futuros nubentes radicados em Cidelândia, as inscrições devem ser feitas no Cartório de Ofício Único do município (Rua Brasil, s/n. Centro, Cidelândia).

No ato das inscrições, serão exigidos, entre outros documentos, originais e cópias da certidão de nascimento dos noivos. Para divorciados, é exigida a certidão de casamento anterior e a averbação do divórcio.

Os viúvos devem apresentar a certidão de óbito do nubente falecido. Noivos menores de 18 anos e maiores de 16 anos precisam do consentimento dos pais (por escrito). A autorização judicial é exigida no caso de noivos menores de 16 anos.

Serviços judiciais são avaliados em audiência pública em Bacabal

Entre as providências solicitadas está a agilidade no julgamento dos processos, principalmente das ações contra operadoras de telefonia, fazenda pública e aposentadoria de lavradores; ouvidor recebeu documentos de reivindicações

BACABAL - Mais de 300 pessoas, entre representantes do Poder Executivo, Defensoria Pública, Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sociedade civil e estudantes avaliaram a qualidade dos serviços prestados pela Justiça e sugeriram soluções para as principais questões apresentadas em audiência pública realizada quinta-feira (11), no fórum da cidade, com o ouvidor-geral do Poder Judiciário, desembargador Paulo Velten Pereira.

No maior polo judicial do Maranhão em número de comarcas (23), a população e operadores do Direito sugeriram, entre outras providências, agilidade no julgamento dos processos, principalmente das ações contra operadoras de telefonia, fazenda pública e aposentadoria de lavradores.

Foram discutidas ainda questões como a garantia da liberdade de culto e maior acessibilidade de pessoas deficientes aos órgãos de Justiça.

Ao abrir o evento, o ouvidor destacou a disposição do Judiciário em ouvir a sociedade e assegurar o direito de todos. Ele considerou o esforço dos juizes maranhenses em julgar com celeridade, apesar da defasagem detectada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) entre o número de processos e a quantidade de juizes maranhenses.

Mudança - O desembargador estimulou a população a mudar o comportamento, passando a solucionar os conflitos através de diálogo, usando a via da conciliação. "É conversando e conciliando que se encontra a solução. Nada pior do que atribuir a terceiros as soluções do seu problema", disse.

Paulo Velten citou dados sobre a produtividade dos magistrados daquele polo, destacando Barra do Corda (com mais de 3.500 ações julgadas), Bacabal, Presidente Dutra e Santa

Luzia (com quase 2.000 processos cada uma).

"No estado, segundo o CNJ [Conselho Nacional de Justiça], são sete juizes para 180 mil habitantes. O recomendável é que haja essa quantidade para cada 100 mil jurisdicionados. Existem 92 milhões de processos aguardando julgamento no país, podendo chegar a 100 milhões até dezembro. Desse total, 500 mil estão no Maranhão", disse, demonstrando o empenho dos juizes para garantir a prestação jurisdicional.

O diretor do fórum, juiz Marcelo Moreira, acrescentou que a Comarca de Bacabal tem atualmente quatro juizes e, até o fim do ano, terá um titular para a 4ª Vara, o que vai desafogar a demanda processual.

O juiz destacou também a formação da primeira turma de conciliadores que já atua nos centros de conciliação, criados pelo Tribunal de Justiça para efetivar acordos de ordem cível em fase pré-processual (sem ação judicial) e processual (com ação judicial).

O presidente seccional da OAB em Bacabal, José Agnelo, entregou ao ouvidor documento com exposição de motivos dos advogados. "Esse é um momento de reflexão e de reivindicação da população do município que pela primeira vez, desde a sua criação, recebe a Ouvidoria do Judiciário", observou.

Documento - As demandas apresentadas foram incluídas em documento produzido pela Ouvidoria para encaminhamento e resposta dos setores competentes do Judiciário.

De acordo com relatório do órgão, a primeira audiência realizada em março, no polo de Caxias, propiciou o julgamento de 1.594 processos na comarca, no período de 28 de abril a 13 de maio.

São comarcas-satélites do polo de Bacabal: Bom Jardim, Dom Pedro, Esperantinópolis, Gover-

nador Eugênio Barros, Lago da Pedra, Monção, Olho d'Água das Cunhãs, Paulo Ramos, Pindaré-Mirim, Pio XII, Presidente Dutra, Santa Inês, Santa Luzia, Santa Luzia do Paruá, Santo Antônio dos Lopes, São Luís Gonzaga do Maranhão, Tuntum, Vitória do Mearim, Vitorino Freire e Zé Doca.

Também participaram do evento o subprocurador do município, José Ribamar Viana, representando o prefeito de Bacabal, José Alberto Veloso; defensor público Éviton Marques; e o presidente da União de Moradores do bairro de Areia, José Antônio Silva; além de juizes da região.

Repúdio - Representantes de entidades afro-religiosas de Bacabal repudiaram ato do governo municipal que estabeleceu, por meio de Decreto, a cobrança de taxas para funcionamento de terreiros e a limitação da realização de rituais em 50 casas de culto existentes no município.

Para o coordenador do Fórum Estadual de Religiões de Matiz Africana, Neto Azile, a ação fere a liberdade de culto e pediu apoio dos órgãos de Justiça em documento entregue ao ouvidor.

Neste caso, como ainda não há ação judicial tramitando, o grupo foi orientado a buscar a solução do conflito junto a um dos centros de conciliação de Bacabal.



O ouvidor-geral do Poder Judiciário, desembargador Paulo Velten, estimula a cultura da conciliação em audiência realizada em Bacabal

Comarcas-satélites do polo Bacabal

Bom Jardim
Dom Pedro
Esperantinópolis
Governador Eugênio Barros
ago da Pedra
Monção
Olho d'Água das Cunhãs
Paulo Ramos
Pindaré-Mirim
Pio XII

Presidente Dutra
Santa Inês
Santa Luzia
Santa Luzia do Paruá
Santo Antônio dos Lopes
São Luís Gonzaga do Maranhão
Tuntum
Vitória do Mearim
Vitorino Freire
Zé Doca

Autógrafos

Será no próximo dia 26, às 10h, no Forum do Calhau, o lançamento do livro “Novos diálogos do Direito da Família”, do magistrado Lourival Serejo. Na obra, Serejo que é desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e vice-presidente do IBDFAM/MA, traz reflexões sobre novos modelos de família.

Auxiliar do TJ é presa, suspeita de fraude em folha de pagamento

Servidora é suspeita de alterar seus rendimentos no sistema do tribunal; seu marido também foi preso. Desvio pode ter sido de mais de R\$ 400 mil. **Polícia 5**

Funcionária do TJ é presa por fraudar folha de pagamento

Auxiliar-judiciária Cláudia Maria da Rocha Rosa contava com ajuda de seu marido, que também foi preso, para manipular o sistema e alterar o salário da funcionária; desvio pode chegar a R\$ 400 mil no período, segundo a polícia

Mário Carvalho
Da equipe de **O Estado**

O Departamento de Combate aos Crimes Tecnológicos (DCCT), órgão ligado à Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), prendeu ontem pela manhã a servidora do Tribunal de Justiça do Maranhão Cláudia Maria da Rocha Rosa, 49 anos, e seu marido, Tiago Salustiano de Meneses, 55. A detenção ocorreu na residência do casal, no bairro do Turu, em São Luís. A Justiça decretou a prisão preventiva dos dois após investigações policiais comprovarem que eles são responsáveis por fraude no sistema da folha de pagamento do Poder Judiciário, onde a funcionária enxertava valores bem acima do seu padrão salarial. A polícia suspeita que a fraude pode ter ultrapassado o montante de R\$ 400 mil, no período de fevereiro até o mês atual.

Durante entrevista coletiva na sede da Secretaria de Estado de Segurança Pública, o delegado Luis Jorge Matos, titular da Seic, confirmou que a auxiliar judiciária, concursada do Tribunal de Justiça, vinha aumentando seus rendimentos por meio de empréstimos consignados, que ao final seriam recebidos em forma de salário. "O trabalho da polícia se deu de forma acelerada por suspeita de que Cláudia e seu marido pudessem se evadir, pois



Cláudia Maria da Rocha Rosa e o marido, Tiago Salustiano de Meneses

já havia a suspeita por parte do Tribunal de Justiça na fraude", declarou.

O superintendente Luis Jorge

disse ainda que assim que o TJ conseguiu comprovar a veracidade da adulteração na folha de pagamento, tomou as providên-

Nota

A presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Silva Freire, informou ontem, em nota, aos membros da Corte, sobre a prisão da auxiliar judiciária Cláudia Maria da Rocha Rosa.

Disse a magistrada que, tão logo tomou conhecimento das irregularidades na folha de pagamento - em 11 de setembro -, determinou de imediato a exoneração da servidora do cargo em comissão de chefe da Divisão de Folha de Pagamento.

Logo após, comunicou a ocorrência à Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça, a fim que fossem tomadas as providências cabíveis junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado, visando à instauração do inquérito policial para investigação dos fatos, o que resultou na decretação da prisão preventiva da servidora.

cias cabíveis e exonerou a servidora do cargo. Cláudia Maria da Rocha ocupava a função de coordenadora da folha de pagamento e tinha acesso irrestrito ao sistema do Judiciário, por possuir a senha. "Podemos comprovar que as modificações na folha de pagamento do Judiciário eram feitas da própria residência da suspeita. Todas as al-

terações eram sempre realizadas no período da madrugada, sem que ela tivesse que utilizar o horário do expediente do trabalho. Após a adulteração ela transferia os valores para as contas do marido, que tinha conhecimento do caso. Com as investigações, pudemos comprovar que o atual padrão de vida do casal era bem superior ao rendimento legal", frisou.

Alteração - Conforme o subdelegado geral da Polícia Civil do Maranhão, Augusto Barros, a servidora Cláudia Maria da Rocha recebia legalmente de vencimentos R\$ 12 mil (bruto). "Apesar disso, com as alterações na folha de pagamento, ela conse-

guia atingir salários mensais de R\$ 30 mil, R\$ 40 mil e até mais de R\$ 50 mil. Mesmo depois de ter sido exonerada do cargo no Tribunal de Justiça, ela ainda conseguiu fazer um último empréstimo consignado em folha no valor de R\$ 118 mil, por possuir o login e a senha do sistema, o que ficou comprovado nas investigações do Departamento de Combate aos Crimes Tecnológicos", enfatizou.

O subdelegado Augusto Barros destacou que todo o processo de investigação foi solicitado pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargadora Cleonice Silva Freire. Ele disse que, mediante suspeitas de irregularidades na folha de pagamento, a direção do Judiciário

pediu providências por parte da Secretaria de Estado de Segurança Pública. "Automaticamente, o caso foi encaminhado à Seic, que solicitou investigação do Departamento de Combate aos Crimes Tecnológicos. Para o delegado Odilardo Muniz, que responde pelo DCCT, não resta dúvida de que o casal manipulava a folha de pagamento do Tribunal de Justiça. Acreditamos que essa fraude vinha sendo executada há mais de um ano e é isso que ainda estamos investigando", declarou.

O delegado Odilardo Muniz disse que a equipe da polícia ao adentrar na residência de Cláudia Maria da Rocha e do seu esposo, Tiago Salustiano de Menezes, ficou surpresa com o luxo do

local e a quantidade de aparelhos eletrodomésticos caros. "Trata-se de uma residência com vários eletrodomésticos com valores elevados, além de outros itens eletrônicos e roupas de marca fora do padrão de vida da suspeita. Mediante essa realidade, iremos oficializar ao Banco Central para saber os demais parâmetros financeiros do casal", informou.

No ato da prisão dos dois envolvidos, os investigadores da Seic apreenderam computadores que eram utilizados para modificar as folhas de pagamento do Tribunal de Justiça. A prisão de Cláudia e Tiago se deu em decorrência de dois mandados de prisões preventivas e que dizem respeito ao crime de peculato.

Tribunal do Júri condena homem que matou esposa a 24 anos de 'cana'

Jorge Luis Rocha foi condenado a 24 anos e 6 meses de reclusão pelo assassinato da esposa Márcia Gabrielle Lindoso Costa. O crime ocorreu na noite do dia 27 de janeiro deste ano, em sua residência, na Cidade Olímpica, na frente do filho do casal de apenas de nove meses. O acusado atirou na companheira, motivado por ciúmes de um ex-namorado da vítima e por não aceitar o término do relacionamento. O julgamento ocorreu no 4º Tribunal do Júri de São Luís, menos de oito meses após o homicídio.

Na época, Jorge Luis Rocha foi preso em flagrante em posse da arma e nas três vezes em que foi interrogado não admitiu o crime. A vítima, de 22 anos de idade, morreu nove dias depois, deixando dois filhos órfãos.

Durante à sessão do júri, uma irmã da vítima, que cuida das duas crianças órfãs, disse que o processo tramitou com rapidez. Após a leitura da sentença, a mãe de Márcia Gabrielle Lindoso desabafou: "Foi feito justiça; ele agora vai

pagar por esse crime e ainda por outros".

O julgamento foi presidido pelo juiz titular da 4ª Vara Tribunal do Júri, José Ribamar Goulart Heluy Júnior. Atuaram na sessão a promotora de Justiça Cristiane Gomes Coelho Maia Lago e o defensor dativo Antônio Sobrinho. O magistrado negou ao réu o direito de aguardar em liberdade um eventual recurso da sentença e expediu o mandado de prisão. Ele deve cumprir a pena em regime fechado no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Jorge Luis Rocha responde ainda por outros crimes.

O processo de julgamento de Jorge Luis Rocha pelo assassinato de Márcia Gabrielle Lindoso Rocha teve um trâmite processual recorde, comparado a outros processos em tramitação na própria 4ª Vara do Júri. Foram quase oito meses de tramitação, da distribuição, ocorrida no dia seguinte ao crime, 28 de janeiro de 2014, até a sessão de julgamento no último dia 12 de setembro (sexta-feira).

VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

TJMA capacita parceiros para criação de rede de atendimento

Membros dos poderes Judiciário e Executivo, Ministério Público, Defensoria Pública, OAB, Prefeitura, Secretaria de Segurança Pública, delegados de Polícia e dirigentes de Centro de Referência Especializado de Assistência Social, Centro de Atenção Psicossocial e CAISCAS participam nesta quinta-feira (18) de capacitação promovida pelo Centro Estadual de Apoio às Vítimas (CEAV) do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O objetivo é consolidar parcerias para implantação de uma rede de atendimento a vítimas de violência no âmbito do Estado.

Com o tema "Conhecendo a Rede de Atendimento às Vítimas de Violência", o Workshop será aberto às 8 horas, pela presidente do Tribunal, desembargadora Cleonice Silva Freire, e as juízas coordenadoras CEAV, Sônia Amaral e Sara Gama, no Fórum Desembargador Sarney Costa (1º andar).

Na programação, a coordenadora do Centro de Referência em Direitos Humanos de Joinville (SC), a assistente social Carla Roth, apresentará a experiência de rede em funcionamento no país prevendo o atendimento de vítimas de violência.

Implantado há cinco meses pelo Poder Judiciário, o CEAV



Capacitação começa nesta quinta-feira (18)

é um órgão articulador no trabalho de atendimento a vítimas de violência, viabilizando atendimento psicossocial, assistência social, bem como acompanhamento processual. "Estamos mobilizando as entidades que atuam no combate à violência. Esse será um trabalho de capacitação entre os parceiros que estão empenhados em garantir direitos humanos e a efetivação de políticas públicas nesta área", explica a juíza Sônia Amaral.

FUNCIONAMENTO - A magistrada explica que o órgão deverá atuar com equipe multiprofissional que receberá vítimas e seus familiares. Conforme o caso, identificará as situações de urgência, definirá a assistência necessária (se jurídica, social ou psicológica) e orientará sobre os procedimentos imediatos e medidas legais cabíveis, fazendo também o acompanhamento dos processos judiciais.

O centro funciona no Fórum

de São Luís (Calhau) e foi criado por Decreto Governamental nº 27.794, de 4 de novembro de 2011, pelo então governador em exercício, desembargador Jamil Gedeon. Para por em prática os serviços, a desembargadora Cleonice Freire, presidente do TJMA, firmou um Protocolo de Intenções com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Governo do Estado, Ministério Público estadual, Defensoria Pública e Universidade Federal do Maranhão.

COMUNICADO

A presidente do Tribunal de Justiça, desembargadora Cleonice Silva Freire, informou, nesta terça-feira (16), aos membros da Corte, sobre a prisão da auxiliar judiciária Cláudia Maria da Rocha Rosa. Disse a magistrada que, tão logo tomou conhecimento das irregularidades na folha de pagamento - em 11 de setembro -, determinou de imediato a exoneração da servidora do cargo em comissão de chefe da Divisão de Folha de Pagamento. Logo após, comunicou a ocorrência à Diretoria de Segurança Institucional do Tribunal de Justiça, a fim de que fossem tomadas as providências cabíveis junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado, visando à instauração do inquérito policial para investigação dos fatos, o que resultou na decretação da prisão preventiva da servidora.

• SENTENÇA

Jorge Luis Rocha foi condenado a 24 anos e 6 meses de reclusão pelo assassinato da esposa Márcia Gabrielle Lindoso Costa. O crime ocorreu na noite do dia 27 de janeiro deste ano, em sua residência, na Cidade Olímpica, na frente do filho do casal de apenas de nove meses. O acusado atirou na companheira, motivado por ciúmes de um ex-namorado da vítima e por não aceitar o término do relacionamento. O julgamento ocorreu na última sexta-feira (12), no 4º Tribunal do Júri de São Luís, menos de oito meses após o homicídio. Na época, Jorge Luis Rocha foi preso em flagrante em posse da arma e nas três vezes em que foi interrogado não admitiu o crime. A vítima, de 22 anos de idade, morreu nove dias depois, deixando dois filhos órfãos.

• ABSOLVIDO

O juiz Paulo Vital Souto Montenegro, titular de Senador La Roque, presidiu uma sessão do Tribunal do Júri na comarca. No banco dos réus, Alexsandro Oliveira Rodrigues, acusado de crime de tentativa de homicídio contra Marcel Costa da Silva, com golpe de faca. O júri ocorreu na última semana, no prédio da Câmara de Vereadores de Senador La Roque. De acordo com a denúncia, no dia 12 de dezembro de 2013, por volta das 22 horas, no Mercado Municipal de Senador La Roque, o denunciado, utilizando-se de arma branca, desferiu vários golpes contra a vítima, atingindo-lhe o abdômen não tendo o evento morte se consumado por circunstâncias alheias a sua vontade. As vísceras da vítima ficaram expostas devido à gravidade dos ferimentos.

• SOBRE O CRIME

Consta nos autos que Marcel Costa da Silva encontrava-se deitado em um banco do Mercado Municipal, quando o denunciado, portando uma faca, disse que iria lhe furar, ocasião em que a vítima levantou-se do banco indagando os motivos da ameaça perpetrada. Em seguida, Alex passou a desferir golpes em Marcel, sem nada dizer, causando um corte na mão e outro no abdômen resultando em eviscerações. Continuamente, evadiu-se do local, vindo a ser preso em flagrante delito poucas horas após o crime. A defesa do acusado tentou desqualificar o crime de tentativa de homicídio para lesão corporal. Ao final, após analisar todos os itens, o conselho de sentença decidiu por maioria absolver Alexsandro Oliveira Rodrigues, determinando a sua soltura, haja vista que ele estava preso pela acusação deste crime.

TJMA capacita parceiros para criação de rede de atendimento às vítimas de violência

Membros do Ministério Público Estadual, Poderes Executivo e Judiciário, Defensoria Pública, OAB-MA, Prefeitura, SSP, coordenadores e diretores de Creas, Cras, Caps, Caiscas e delegados de polícia participam, nesta sexta-feira (19), de 8h às 18h, de capacitação promovida pelo Centro Estadual de Apoio às Vítimas (Ceav) do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O objetivo é consolidar parcerias para implantação de uma rede de atendimento a vítimas de violência no âmbito estadual.

Com o tema “Conhecendo a Rede de Atendimento às Vítimas de Violência”, o Workshop será aberto às 8 horas, pela presidente do Tribunal, desembargadora Cleonice Silva Freire, e as juízas coordenadoras Ceav, Sônia Amaral e Sara Gama, no Fórum Desembargador Sarney Costa (1º andar), no salão Carlos Wagner.

Na programação, a coordenadora do Centro de Referência em Direitos Humanos de Joinville (SC), a assistente social Carla Roth, apresentará a experiência de rede em funcionamento no país prevendo o atendimento de vítimas de violência.

Implantado há cinco meses pelo Poder Judiciário, o Ceav é um órgão articulador no trabalho de atendimento a vítimas de violência, viabilizando atendimento psicossocial, assistência social, bem como acompanhamento processual. “Estamos mobilizando as entidades que atuam no combate à violência. Esse será um trabalho de capacitação entre os parceiros que estão empenhados em garantir direitos humanos e a efetivação de políticas públicas nesta área”, explicou a juíza Sônia Amaral.

FUNCIONAMENTO – A magistrada explicou que o órgão de-

verá atuar com equipe multiprofissional que receberá vítimas e seus familiares. Conforme o caso, identificará as situações de urgência, definirá a assistência necessária (se jurídica, social ou psicológica) e orientará sobre os procedimentos imediatos e medidas legais cabíveis, fazendo também o acompanhamento dos processos judiciais.

O centro funciona no Fórum de São Luís (Calhau) e foi criado por Decreto Governamental nº 27.794, de 4 de novembro de 2011, pelo então governador em exercício, desembargador Jamil Gedeon. Para por em prática os serviços, a desembargadora Cleonice Freire, presidente do TJMA, firmou um Protocolo de Intenções com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Governo do Estado, Ministério Público estadual, Defensoria Pública e Universidade Federal do Maranhão.

GOVERNADOR NUNES FREIRE***Justiça do MA anula decreto que exonerou servidores concursados***

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) manteve sentença de primeira instância, que tornou nulo decreto do atual prefeito do município de Governador Nunes Freire, Marcel Everton Dantas Silva. O gestor havia determinado a anulação de todos os atos de nomeação de servidores aprovados em concurso público de 2010 e empossados no segundo semestre de 2012. A decisão ocorreu na sessão em que o desembargador Ricardo Duailibe assumiu a presidência do órgão colegiado.

O entendimento unânime concordou com o da Justiça de 1º grau, que, nos autos de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, julgou procedente o pedido do Ministério Público estadual para declarar nulo o decreto, condenando ainda o município ao pagamento dos salários não pagos no período em que os servidores municipais foram afetados pelo ato.

O relator da apelação, desembargador Raimundo Barros, enten-

deu que o decreto assinado pelo atual prefeito contém vícios, uma vez que a administração pública não instaurou processo administrativo para apurar irregularidades na nomeação dos servidores devidamente aprovados em concurso público, violando os princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa.

Barros destacou que o fundamento do decreto, de que as nomeações seriam nulas de pleno direito, pois resultaram em aumento de despesas com pessoal, não foi comprovado nos autos pelos apelantes: prefeito e município.

PRELIMINARES – Antes de entrar no mérito, o relator rejeitou as preliminares apresentadas pelos apelantes, sendo acompanhado pelos desembargadores Ricardo Duailibe (revisor) e Maria das Graças Duarte.

Barros disse que a alegação de que a inicial fez referência apenas ao prefeito, e não ao município, não merece respaldo, uma vez que

nos termos do artigo 12, I do Código de Processo Civil (CPC), o município é representado em juízo, ativa e passivamente, pelo seu prefeito ou procurador.

Quanto à alegada inexistência de citação pessoal do prefeito, o relator citou a mesma norma do CPC para lembrar que o procurador, em nome de quem foi feita a citação, também representa o município.

Por fim, quanto ao argumento de nulidade do mandado de citação, Barros explicou que o fato de ter constado no mandado judicial que a defesa deve ser apresentada dentro de “prazo legal” não viola as disposições constantes nos artigos 225 e 247, ambos do CPC, visto que o procurador do município, responsável pela defesa em juízo do ente estatal, tem obrigação de saber os prazos legais.

O parecer da Procuradoria Geral de Justiça também foi pelo improvimento do recurso ajuizado pelo atual prefeito e pelo município.

(Ascom / TJMA)

Abraço do dia

Onosso abraço desta quarta-feira vai para o artista plástico Benilton Ferreira, que apresenta sua mais nova exposição, em cartaz no andar térreo do Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau). Nomeadas pelo artista respectivamente de Ferryboat, Babaçu, Ilhinha e Telhados de São Luís, as obras – óleo sobre tela – retratam o olhar do pernambucano há 18 anos radicado em São Luís sobre a cidade.

*Justiça do MA
torna indisponíveis
bens de ex-prefeito*

PÁGINA 3 [C1]

Justiça torna indisponíveis bens de ex-prefeito de Sucupira do Riachão

O juiz Rommel Cruz Viegas, titular de São João dos Patos, publicou decisão liminar na qual torna indisponíveis os bens do ex-prefeito de Sucupira do Riachão (termo judiciário), Juvenal Leite de Oliveira, em virtude de condenação por improbidade administrativa.

As acusações feitas versam sobre o desvio de verba pública, ao realizar contratações sem o devido processo licitatório, no ano de 2007, e cujos números chegam a mais de 270 mil reais. O pedido do Ministério Público refere-se à indisponibilidade de bens do ex-gestor, haja vista que em relação aos gastos executados ele já havia sido condenado.

Ao analisar todo o relatório, o magistrado observou que o ex-prefeito teria realizado, com indevida dispensa ou inexigibilidade a contratação de bens e serviços da ordem de 322 mil reais, e ressalta que

o requerido já vem arcando com o débito imputado pelo TCE. O débito já vem sendo executado pelo Ministério Público perante a Justiça em São João dos Patos.

E esclarece: "Ante o exposto, decreto a indisponibilidade dos bens de Juvenal Leite de Oliveira, até o valor de R\$ 113.670,98 (cento e treze mil, seiscentos e setenta reais e noventa e oito centavos) acrescidos de juros e correção monetária, a contar da data da decisão do TCE (setembro de 2012) referente à multa civil, prevista no artigo 12 da Lei de Improbidade administrativa".

Na decisão, o magistrado explica que as poupanças e contas bancárias, veículos e imóveis, de propriedade do ex-prefeito, estão indisponíveis, até que se atinja o referido valor. Após ser notificado sobre a decisão judicial, Juvenal Leite terá 15 dias para apresentar manifestação.

Unidade de Registro Civil vai garantir cidadania ao povo de Bom Jardim

Como resultado de um esforço conjunto da Secretaria de Estado de Direitos Humanos e da Corregedoria da Justiça do Maranhão foi instalada, nesta segunda-feira (15), uma unidade interligada de registro civil na Cidade de Bom Jardim (283km de São Luís). A nova unidade está funcionando vinculada a um cartório e vai assegurar a retirada, ainda na maternidade, das certidões de nascimento de crianças nascidas no município. O posto interligado funciona no Hospital e Maternidade Adroaldo Alves Matos, localizado na BR-316.

Durante a cerimônia de instalação a corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, destacou o empenho que a Corregedoria, juntamente com outros órgãos vem empreendendo para eliminar o sub-registro no Estado. Um estudo do IBGE revelou que o Maranhão é um dos estados da federação que mais avançaram no combate ao registro tardio de nascimento na última década, passando de um percentual de 73% no

ano de 2000 para 20% em 2010.

“Temos o dever de levar cidadania ao povo maranhense. Garantir o pleno exercício dos direitos é uma tarefa que devemos perseguir diariamente. Como resultado de um esforço conjunto, o Maranhão se consolidou como o estado da federação com resultados mais positivos no combate ao sub-registro. Os dados revelam que estamos no caminho certo, mas também nos dizem que ainda há trabalho a se fazer”, enfatizou.

A secretária Direitos Humanos, Luíza Oliveira, lembrou que o resultado positivo do trabalho empreendido pela Secretaria nas ações de promoção da cidadania tem sido possível devido o somatório de esforços de instituições e órgãos parceiros. Ao falar da importância da unidade de registro civil, ela afirmou que a entrega imediata do documento facilitará a vida de pessoas como Edineide Santos, mãe do recém-nascido João Pedro, que mora em um povoado distante da sede do município, que totaliza cerca de 40 mil pessoas.

Deputados querem derrubar veto ao reajuste dos salários dos servidores do TJ

PÁGINA 3 [C1]

Deputados querem derrubar veto de Roseana ao reajuste dos salários dos servidores do TJ

Os deputados Othelino Neto (PCdoB), Bira do Pindaré e Marcelo Tavares, ambos do PSB, Victor Mendes (PV), Alexandre Almeida (PTN), Roberto Costa (PMDB) e Magno Bacelar (PV) fizeram um apelo, na sessão desta terça-feira (16), no sentido de que a Assembleia Legislativa derrube o veto da governadora Roseana Sarney ao projeto que prevê reajuste salarial para servidores do Tribunal de Justiça do Estado.

Othelino defendeu que a Assembleia tenha a postura crítica e independente que teve quando votou e derrubou, por unanimidade dos presentes, o projeto de lei que tratava do reajuste para os servidores do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão (TCE-MA). "Que façamos o mesmo com relação ao

Tribunal de Justiça, por que assim esta Assembleia vai fazer justiça e corrigir um erro técnico que foi o veto a este projeto de lei", afirmou o deputado do PCdoB.

Marcelo Tavares e Bira do Pindaré também fizeram apelo pela imediata votação do veto dado pela governadora Roseana Sarney ao projeto do TJMA. "Eu espero que a Casa coloque logo em votação para que o plenário possa deliberar sobre isso, se possível antes das eleições, até para não parecer que determinada bancada tome essa decisão por revanchismo", disse Tavares.

Mais apelos

Ao discursar na tribuna, o deputado Victor Mendes também fez o apelo, frisando que o plenário deve tratar da apreciação da remuneração dos servidores do Tribunal de Justiça, assim como foi feito tam-

bém com os servidores do Tribunal de Contas do Estado (TCE).

"Assim como nós votamos com os servidores do Tribunal de Contas, que mantenhemos o nosso posicionamento em favor dos servidores do Tribunal de Justiça também", declarou Victor Mendes, cujas palavras foram reforçadas pelos deputados Alexandre Almeida, Magno Bacelar e Roberto Costa.

Roberto Costa disse que, apesar de ser líder do Bloco do governo, também votará pela derrubada do veto para garantir o direito dos trabalhadores do Tribunal de Justiça. "Eu acho que esta Casa vai fazer justiça, assim como foi feito justiça também para o Tribunal de Contas do Estado. O TJ também merece todo respeito e apoio, principalmente dos funcionários desta Casa Legislativa", disse.

Tribunal do Júri condena homem que matou a mulher na frente do filho

Jorge Luis Rocha foi condenado a 24 anos e seis meses de reclusão pelo assassinato da esposa Márcia Gabrielle Lindoso Costa. O crime ocorreu na noite do dia 27 de janeiro deste ano, em sua residência, na Cidade Olímpica, na frente do filho do casal de apenas de nove meses. O acusado atirou na companheira, motivado por ciúmes de um ex-namorado da vítima e por não aceitar o término do relacionamento. O julgamento ocorreu na última sexta-feira (12), no 4º Tribunal do Júri de São Luís, menos de oito meses após o homicídio.

Na época, Jorge Luis Rocha foi preso em flagrante em posse da arma e nas três vezes em que foi interrogado não admitiu o crime. A vítima, de 22 anos de idade, morreu nove dias depois, deixando dois filhos órfãos.

O acusado compareceu ao julgamento na última sexta-feira (12). Durante a sessão do júri, uma irmã da vítima, que cuida das duas crianças órfãs, disse que o processo tramitou com rapidez. Após a leitura da sentença, a mãe de Márcia Gabrielle Lindoso desabafou: "Foi feito justiça; ele agora vai pagar por esse crime e ainda por outros".

O julgamento foi presidido pelo juiz titular da 4ª Vara Tribunal do Júri, José Ribamar Goulart Heluy Júnior. Atuaram na sessão a promotora de Justiça Cristiane Gomes Coelho Maia Lago e o defensor dativo Antônio Sobrinho. O magistrado negou ao réu o direito de aguardar em liberdade um eventual recurso da sentença e expediu o mandado de prisão. Ele deve cumprir a pena em regime fechado no Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Jorge Luis Rocha responde ainda por outros crimes.